



A formação da cozinha de corte no Brasil joanino (1808-1821)

Fernando Santa Clara Viana Junior

Resumo: Esta pesquisa elege como objeto de análise a forma como os rituais cortesãos – especialmente os ligados à alimentação – sofreram modificações e adaptações em função da chegada e permanência da corte portuguesa no Brasil, entre 1808-1822. Tendo em vista tal finalidade, elegemos como fontes primordiais para o seu desenvolvimento obras produzidas no período, a saber: “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil” (1834) do naturalista francês Jean Baptiste Debret e “Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818” (1820) do comerciante inglês John Luccock. De forma a complementar o cenário e a acompanhar o cotidiano carioca com as possíveis mudanças relacionadas à temática, analisaremos também a “Gazeta do Rio de Janeiro”, jornal impresso na capital carioca ao longo do período joanino. Cabe ressaltar que, por ora, trata-se de uma pesquisa que começa a ganhar seus contornos e é, portanto, um conjunto de notas de pesquisa.

Palavras-chave: História da Alimentação; Cozinha de Corte; Relatos de Viajantes no Brasil; Poder Simbólico.

Abstract: This research selects as object of analysis the way in which the courteous rituals - especially those related to food - underwent modifications and adaptations due to the arrival and permanence of the Portuguese court in Brazil, between 1808 and 1822. For this matter, we have chosen as primary sources for its development works produced in the period: “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil” (1834) by the French naturalist Jean Baptiste Debret and “Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818” (1820) of the English merchant John Luccock. In order to complement the scenario and to accompany the daily life in Rio with the possible changes related to the theme, we will also analyze the “Gazeta do Rio de Janeiro”, a printed newspaper of the capital of Rio de Janeiro during the Johanan period. It should be noted that, for now, this research begins to gain its contours and is, therefore, a set of research notes.

Keywords: History of Food; Cutting Kitchen; Reports of Travelers in Brazil; Symbolic power.

Introdução

O presente projeto de pesquisa trás como problemática central a busca por compreendermos a dinâmica social no Rio de Janeiro do primeiro quartel no século XIX, no que tange às dimensões sócio-políticas inscritas em processos de relações expressas no cotidiano. Lida num contexto de marcadas modificações e reconfigurações, a elite do período, até então assimilada com características ditas coloniais, percorrendo as vias que levam à formação de uma nova elite, forjada com a chegada da corte de D. Maria I e D. João VI, em 1808, objetivamos perceber como a reestruturação de habitus e a criação de campos compõem a esfera desses novos homens. Extrapolando as forças políticas e econômicas, tais remodelações cortesãs se expressam nas mudanças do cotidiano social e cultural da elite carioca, expressando-se no consumo de novas mercadorias, de novos objetos, e também no consumo de novos hábitos – expressos pela alimentação, por exemplo. Desta forma, interessa-nos compreender a amálgama forjada a partir deste contexto, dando destaque às questões postas ora em tela.

Entretanto, antes de adentrarmos especificamente em nossa pesquisa, cabe apresentar um panorama geral sobre o contexto vivido por Portugal no período anterior à partida da família real.

Num contexto de grandes turbulências políticas, Portugal viu-se obrigado, já no início do século XIX, a reconfigurar seu mapa político e social. Pressionado por Napoleão, o príncipe regente buscou, auxiliado pela marinha inglesa, refúgio no além-mar. Iniciou-se assim, a partida ao Brasil com toda a comitiva real lusa, totalizando 10 mil pessoas, escoltada pela armada lusa e disposta ao longo de naus, briques, escunas e fragatas. Em decorrência de problemas de mau tempo, prevista para dias antes, a partida deu-se efetivamente ao dia 29 de novembro (BRAGA, 2009, p. 61). Como fora previsto, Portugal, administrado pelo Marquês de Abrantes por determinação do regente (BRAGA, 2009, p. 61), foi tomado pelo general francês Jean-Andoche Junot (1771-1813) e pelas tropas napoleônicas, o que iniciou um complexo ciclo de mudanças no Reino. Em julho de 1808, porém, conforme acordo selado entre Portugal e Inglaterra, estes adentram o território luso em parceria, buscando desarticular as tropas espanho-gaulesas e, por fim, retirar o general francês do comando, que pediu armistício em setembro do mesmo ano para evadir-se. O Marquês de Minas assumiu o governo que retomava, aos poucos, sua rotina burocrática (BRAGA, 2009, p. 61). Apesar das perdas inerentes ao contexto, os portugueses mantiveram-se fiéis ao Príncipe-regente e aos Bragança, sem quebrar o vínculo de sujeição à dinastia (BRAGA, 2009, p. 61).

Os novos hábitos cortesãos

Num processo de permanente tentativa de manter as rotinas habituais, a mesa lusa se conserva

leal as tradições, apesar da ausência da Corte. De forma geral, o acesso aos víveres, por exemplo, continuou condicionado, tal como noutras épocas, ao poder de compra dos diferentes grupos. Ingredientes como cereais, carne e vinho, por sua vez, compunham as dietas comuns aos séquitos:

A culinária proposta pelos livros de cozinha [...] era a mesma dos séculos XVII e XVIII, pois os livros de receita daquelas centúrias conheceram sucessivas edições, nomeadamente o de Domingos Rodrigues e o de Lucas Rigaud, ao mesmo tempo que não se publicaram obras novas. E comer bem ainda significava comer em abundância (BRAGA, 2011, p. 155).

Vale ressaltar que, se em Portugal havia uma tentativa de continuidade das rotinas, no Brasil, a chegada dos Bragança e de sua comitiva, convertendo a antiga colônia na “sede da monarquia lusitana”(VICENTE, 1993, p. 200), mudaria definitivamente seu cotidiano. Desembarcaram no Brasil, aos oito dias do mês de março de 1808, não somente a corte e a esquadra: mas “um Estado inteiro, com todo o material indispensável ao seu funcionamento” (NORTON, 2008, p. 43). Três dias após a chegada à Capital, o Príncipe Regente nomeou uma comitiva ministerial, que deveria, portanto, procurar modernizar processos administrativos obsoletos, herança de um recente passado colonial.

A economia colonial foi um dos alvos do novo corpo ministerial, passando por significativas mudanças. Até este período, a madeira, o açúcar e o ouro tiveram grande destaque. Mas, com a chegada da corte ganharam proeminência novos cultivos: tabaco, algodão e cacau, além da criação do gado (VICENTE, 1993, p. 200) – este que substituíra, pouco a pouco, a caça local nas mesas menos modestas. A política também foi um campo de profundas transformações, posto que se instalassem na colônia todos os órgãos regulamentadores, a organização administrativa das atividades do Reino e das demais colônias, além dos órgãos de administração pública e de justiça. O Brasil fez-se o Reino (VICENTE, 1993, p. 200).

No que tange às questões cortesãs, com a instalação no Brasil da corte, deve-se notar o advento de novos cerimoniais e habitus áulicos. Fora a corte ora em tela a responsável, comandada por representantes cortesãos que chegaram junto à comitiva do príncipe-regente, as boas-vindas a D. João VI ao Rio de Janeiro, que contou com

salvas de 21 tiros [...], toda a cidade se iluminando [...], marchas civis e militares [...], [a reza da] missa a grande instrumental, [onde] cantaram-se os hinos ‘Te Deum laudamus’, o ‘Hino da Graça’, as antífonas ‘Sub tuum proesidium’, o “Beate Sebastiane” e o “Domine salvum fac principem’.”

Inaugurava-se assim um período de treze anos no qual grandes modificações aconteceram: o Rio de Janeiro tornou-se sede do centro administrativo do Império Português, sofrendo profundas

transformações em seu contexto urbano, social e econômico; a elite brasileira se fazia outra. A capital fluminense, num constante desafio de adequar-se à nova realidade, inscrevia-se num contexto cada vez mais europeu, de modo a ser um centro civilizado e civilizador do Brasil. Tal tarefa, executada sob penhora do Regente, não seria fácil, uma vez que a cidade contava já com sessenta mil pessoas – dentre as quais dois terços eram de escravos –, o que tornava tal objetivo deveras complexo.

Em meio a acertos e desacertos no processo – ou nas infindáveis tentativas – de tornar o Rio de Janeiro o centro civilizador do Brasil, foi necessário mais que robustos investimentos em educação formal. D. João VI aplicou ostensivamente em educação na Capital, como também nas regiões mais importantes, como na Bahia, em Pernambuco, no Maranhão e em Minas Gerais. Os investimentos nesses territórios transitavam entre os conhecimentos em medicina, comércio, boticário, militarismo, mas ficou reservado à capital o dever de desenvolver uma Academia de Belas Artes, formada “por artistas franceses de mérito e reputação contratados por intermédio do Marquês de Marialva”, inaugurando um dos movimentos civilizadores mais importantes durante a estada da corte no Brasil. Assim, fora sob tal clima que a corte fixada no Brasil se constituiu num conjunto de hábitos e símbolos ecléticos, constantemente reinventados e readaptados.

Frente ao contexto apresentado, elegemos como objeto de análise do presente projeto a forma como os rituais cortesãos – especialmente os ligados à alimentação – sofreram modificações e adaptações em função da chegada e permanência da Corte portuguesa no Brasil, entre 1808-1822. Nosso recorte privilegiará a elite carioca, mais especificamente as estratégias de inserção desse grupo no universo cortesão por meio da adoção de práticas consideradas civilizadas. Para tanto, buscaremos reunir informações por meio de registros de viajantes estrangeiros que estiveram no Rio de Janeiro naquele período, uma vez que tais testemunhos estão circunscritos num padrão civilizador europeu. Por outro lado, procuraremos investigar nas publicações da Gazeta do Rio de Janeiro, primeiro jornal local, por meio dos anúncios, os indícios que expressam as novas demandas de produtos e serviços, surgidas à medida em que a colônia se fez Reino.

Exposta, portanto, a problemática de nosso trabalho, cabe-nos apresentar as justificativas sobre as quais este se constrói, bem como nossa hipótese inicial acerca do que se desenvolverá ao longo da pesquisa.

Tendo a leitura da alimentação como expressão do simbólico, retrato de um grupo em dado período, não podemos encará-la como fim último. Para o historiador Daniel Roche,

Se admitirmos que o mundo exterior dos objetos não é o local da nossa total alienação, e sim o meio de um processo criativo, e que a relação do indivíduo com o social passa pela objetificação, a história do consumo permite compreender melhor a continuidade do material e do simbólico, o esforço de inteligência e de trabalho cristalizado que se conserva no menor objeto, a união entre as representações e as realidades. O mundo não

pode ser isolado sem risco para suas contingências nem as ideias em sua pureza. Trata-se de compreender os limites do possível, isto é, como nascem as possibilidades de transformação, como coexistem ao mesmo tempo as diferentes temporalidades, como os efeitos negativos e positivos se entrelaçam quando as rupturas se produzem. O crescimento pode autorizar sua parte de libertação, assim como pode instalar sua produção de alienação (ROCHE, 2000, p. 43).

Assim, a alimentação torna-se tema de interesse para a História já a partir do momento em que se apresenta enquanto espelho, retrato de um microcosmo a ser analisado. No caso de nossa pesquisa, as modificações inscritas na corte joanina com a chegada da comitiva portuguesa, a partir do viés da alimentação, permitem que se lance luzes a partir de diferentes holofotes para se analisar, de maneira mais múltipla, o que foi o Rio de Janeiro ao longo dos 13 anos que recebeu o préstimo luso.

Tal compreensão, para ser de fato aferida, verificada, justifica-se através, primeiramente, de sua pertinência histórica. Estão nos escritos da época, nos documentos que nos querem falar, quais são as possíveis interpretações para tais expressões simbólicas de um grupo. Desta forma, entendemos que umas das vias possíveis sejam os relatos de viajantes, documentos cuja importância é extremamente valorosa à produção historiográfica. Fontes aliadas a outros corpus documentais, estes relatos constituem uma parte importante do processo de compreensão de períodos históricos sob olhares de memória e testemunho. Por meio de crônicas, desenhos, diário, cartas etc., deixam suas impressões registradas a respeito das terras estrangeiras sob vários aspectos (GASPAR, 2015).

Notamos que os vários aspectos sociais são capazes de tocar o estrangeiro à condição instaurada na corte brasileira, não somente aos cortesãos portugueses que aqui aportaram em 1808. Desta forma, um olhar externo ao que se vivia na corte de D. João VI, nos apresenta um vasto leque de percepções acerca dos fazeres concernentes a este estamento, especificamente.

Outra maneira de compreendermos o período é a partir da análise dos escritos de circulação. Os jornais, portanto, constituem um dos processos de materialização e divulgação do cotidiano. Ora viam-se textos como o que fora pronunciado na Academia de Ciências de Paris, intitulado “Reflexões sobre a marcha atual das ciências, e sobre todas as suas relações com a sociedade” (OLIVEIRA, 1997, p. 29), ora textos que falavam da venda de produtos alimentícios importados, tais como os presuntos e paios de Melgaço (GAZETA, 1810, n.º 91), dos salames e salsichas da Itália (GAZETA, 1813, n.º 87), e dos presuntos de Vestefália (GAZETA, 1819, n.º 54). Via-se, ainda, informações quanto à comercialização de charque, por exemplo, principal alimento dado os escravos, e que compunha um dos monopólios de comércio da cidade (FRAGOSO, 1998, p. 215). Assim, a Gazeta do Rio de Janeiro torna-se uma fonte importante às discussões a serem empreendidas em nossa pesquisa.

Buscamos articular, portanto, dois vieses de retratação do *modus vivendi* da corte portuguesa

instalada no Brasil: os relatos de viajantes, sendo estes oriundos de um naturalista inglês e de um artista francês, aliados às notícias publicadas no jornal da capital. Entendemos, então, que é nas proximidades dos discursos dessas fontes que poderemos apreender um pouco do que era o cotidiano cortesão, além de buscar compreender, aliando-os a bibliografias concernentes ao período em questão, de que forma as questões simbólicas empreendidas num campus estavam sendo postas e, ao mesmo tempo, reatualizadas.

Cabe ao pesquisador, ainda, tomar consciência de que alimentação é um fenômeno social total, e que vai além de certos aspectos que permeiam as abstratas relações econômicas, sociais e políticas. Ao introduzir novas perspectivas de análise, a alimentação, inscrita num processo de produções simbólicas múltiplas, traz consigo o caráter interdisciplinar, levando em consideração as múltiplas e comunicantes perspectivas que a configuram. Nesse sentido, aliar os relatos de viajantes e jornalísticos ligados à vida – e, em especial, à alimentação cortesã no Brasil no início do século XIX – se tornam importantes objetos de pesquisa.

Logo, considerando que a vinda da corte portuguesa ao Brasil foi o principal viés responsável pela atualização dos hábitos das elites brasileiras, tencionamos provar que a alimentação e as práticas de sociabilidade se converteram em traços de distinção da elite local para se inserir no universo cortesão por meio de um refinamento de seus modos de vida, a partir de uma reformulação das necessidades de consumo, circunscritos na lógica de um padrão civilizador europeu.

Considerações finais

O período no qual encontra-se nossa pesquisa ainda não é o suficiente para esclarecer questões pertinentes a nossas expectativas. Compreendemos o impacto grande que foi a mudança da corte joanina para o Brasil e, ao mesmo tempo, já podemos ver em nossas fontes expressões significativas de mudança do Brasil antes e após a chegada do séquito luso.

Apesar disso, ao longo do desenvolvimento de nosso doutorado, pretendemos analisar, de maneira mais minuciosa e detalhada, como tais modificações se apresentam nos escritos a serem analisados, tendo como objetivo, portanto, aferir de que forma a cozinha cortesã forja-se no Brasil ao longo dos 13 anos de permanência da família real.

Referências Bibliográficas

BRAGA, Isabel Drumond. “Lisboa e o Rio de Janeiro: práticas alimentares e sociabilidade à mesa”. In: FARIA, Ana Leal; AMORIM, Maria Adelina (Orgs.). *O Reino sem Corte: a vida em Portugal com a Corte no Brasil 1807-1821*. Parede: Tribuna da História, 2011, pp. 153-180, p. 153;

RAMOS, L. A. “Do Bloqueio Continental à Mudança da Corte para o Rio de Janeiro”. Revista da Faculdade de Letras – HISTORIA, III Série, vo. 10, Porto, 2009, p. 57-62.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GASPAR, Lúcia. Viajantes: relatos sobre o Brasil, séculos XVI a XIX. Disponível em < http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=131%3Aviajantes-relatos-sobre-o-brasil-seculos-xvi-a-xix&catid=56%3Aletra-v&Itemid=1>. Acesso em 18 ago. 2015.

NORTON, Luís. A Corte de Portugal no Brasil: notas, alguns documentos diplomáticos e cartas da imperatriz Leopoldina. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 2008.

OLIVEIRA, José Carlos de. “A Cultura Científica e a Gazeta do Rio de Janeiro”. Revista da SBHC, n. 17, 1997, pp. 29-58.

ROCHE, Daniel. História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

VICENTE, António Pedro. “Política Exterior de D. João VI no Brasil”. Estudos Avançados, v. 7, n. 19, São Paulo, set.-dez. 1993, pp. 193-214.